

Perguntas de Esclarecimento sobre o Décimo Nono Concurso de Direitos Humanos da Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

- 1. Quando as residentes de *La Casita* receberam a injeção (parágrafo 26 do caso hipotético), disseram-lhes qual medicação estava sendo administrada?**

Disseram-lhes que a medicação era necessária para o tratamento médico sem especificar que se tratava de um anticoncepcional.

- 2. Quais foram as drogas psicotrópicas administradas à Cristal Tovar?**

Esta informação não é relevante para a análise do caso.

- 3. Foi dada ciência prévia a Cristal acerca das injeções de medicamento anticoncepcional? Em caso afirmativo, ela pôde expressar seu livre consentimento quanto ao uso da medicação?**

Veja resposta 1.

- 4. Foi investigada e detectada a causa do mal-estar sentido por Cristal nas datas 1º de setembro e 26 de dezembro?**

O médico do *Hospital Nacional Raúl Cano* diagnosticou que o mal-estar sentido por Cristal era um efeito secundário, resultante do tratamento médico.

- 5. Quais eram as causas dos sintomas de Cristal descritos nos parágrafos 27 e 28 do caso hipotético?**

Veja resposta 4.

- 6. A equipe médica do centro residencial *La Casita* explicou a Cristal Tovar, de forma simples, clara e detalhada, qual era sua condição, quais os efeitos dos remédios administrados e dos tratamentos aos quais havia sido submetida para que ela pudesse outorgar seu consentimento informado antes de receber o tratamento?**

Veja parágrafo 25 dos fatos do caso.

- 7. Exclutia faz parte do Protocolo Adicional da Convenção Americana de Direitos Humanos na área Económica, Social e Cultural (Protocolo de São Salvador)? Caso afirmativo, quando aderiu ao mesmo?**

Sim, foi ratificado em 29 de janeiro de 2001.

8. *La Casita* é uma organização Estatal ou uma Instituição Privada?

La Casita é uma organização estatal.

9. O centro educacional frequentado por Cristal Tovar, segundo o parágrafo 8 dos fatos do caso, era uma instituição pública o privada?

Era uma instituição pública.

10. Como entidade estatal, a criação de *La Casita* e o respectivo orçamento estão previstos na lei?

Sim.

11. A administração de *La Casita* é autônoma/independente da administração do Estado, com diretores/gestores próprios?

Veja resposta 8.

12. Qual é o tribunal de última instância em Exclutia?

A Suprema Corte de Justiça de Exclutia.

13. O juiz que declarou a interdição estabeleceu um ou vários períodos para sua revisão?

Veja resposta 24.

14. Na página 7, parágrafo 33 do Caso Hipotético, o Tribunal de Apelações negou o recurso de nulidade proposto pela ONG ODNEI. Há algum outro tipo de recurso cabível previsto na legislação de EXCLUTIA e, em caso afirmativo, por que a ONG não utilizou tal recurso?

Veja parágrafo 33 dos fatos do caso.

15. O juiz, que decidiu o recurso de nulidade apresentado pela ODNEI, declarou-o inadmissível por falta de legitimidade. Apelada a decisão, pela ODNEI, o Tribunal de Apelações decidiu indeferir o recurso de apelação, argumentando que "não havia sido comprovado nenhum abuso por parte da curadora de Cristal Tovar". Por que motivo o Tribunal argumentou essa decisão sobre o mérito, uma vez que a

apelação centrava-se na questão da legitimidade processual para interpor o pedido de anulação?

O Tribunal de Apelações desconsiderou a decisão do juiz de primeira instância e proferiu nova sentença, onde passou a conhecer do mérito da questão.

16. Na página 7, parágrafo 34 do Caso Hipotético, consta que após 6 meses da decisão sobre o Recurso de Amparo pela Segunda Turma de Constitucionalidade, o Estado acrescentou \$200 mil ao orçamento para melhorar a infraestrutura de *La Casita*. De que forma o dinheiro foi utilizado?

O Estado pintou o prédio; comprou colchões novos, roupa de cama e móveis para uso pessoal; contratou um novo fornecedor de comida; fez consertos no encanamento e colocou iluminação nos espaços verdes.

17. De acordo com as disposições legislativas, ou de qualquer outra natureza jurídica, do Estado de Exclutia, existe a possibilidade de se exercer controle difuso de constitucionalidade sobre normas nacionais e aqueles que as aplicam?

Não.

18. Segundo as leis nacionais de Exclutia, quem são os sujeitos legitimados para propor uma ação de inconstitucionalidade perante a Corte Constitucional?

Veja resposta 20.

19. As partes receberam a notificação do deferimento da petição de recurso de inconstitucionalidade da Segunda Turma de Constitucionalidade no dia 2 de dezembro de 2012?

As partes foram notificadas no dia 3 de dezembro de 2008, o dia seguinte ao proferimento da sentença.

20. Qual o procedimento jurídico e quem são os legitimados para propor ação de inconstitucionalidade perante a Corte Constitucional de Exclutia (mencionada no parágrafo 33 do caso)?

Qualquer pessoa com legítimo interesse pode propor diretamente um recurso de inconstitucionalidade perante a Corte Constitucional de Exclutia.

21. Na página 2, parágrafo 6, do Caso Hipotético, consta que uma emenda constitucional promulgada pelo Estado em 2008 elevou os tratados de direitos

humanos ao mesmo nível hierárquico das normas constitucionais. Essa emenda aplica-se aos tratados de direitos humanos assinados antes de 2008 também?

Sim.

22. Regime Jurídico da ação de inconstitucionalidade no Estado de Exclutia.

Veja resposta 20.

23. Que tipo de atos realizou a Dra. Lira como curadora de Cristal Tovar?

Ajustou-se às atividades próprias de seu cargo como diretora do centro.

24. Qual é a abrangência e o prazo da curatela da Dra. Lira sobre Cristal Tovar?

A curatela é total e deve ser revisada a cada ano.

25. Qual foi o teor da sentença que estabeleceu a interdição de Cristal Tovar? Ao proferi-la, o juiz levou em consideração algum aspecto além da perícia médica e o depoimento da Dra. Lira?

Veja parágrafos 22 e 23 dos fatos do caso e a resposta à pergunta 24.

26. Qual é o critério (quais são os critérios) para a determinação da área em que se enquadram pessoas que, por suas qualidades, condições e características, poderiam se enquadrar em mais de uma das áreas listadas no parágrafo 14, dos fatos do caso?

Veja parágrafo 20 dos fatos do caso.

27. Os tratamentos indicados no parágrafo 16, dos fatos do caso, (tratamento físico, psicológico ou treinamento para a vida cotidiana), são disponibilizados a todas as pessoas internadas em *La Casita* que deles necessitam, independentemente da área em que se encontram ou, estes, são determinados pela área em que se encontram?

A todas as pessoas que precisem deles.

28. Como se deu o procedimento de recolhimento de Cristal Tovar por parte do programa "Recolhendo Nossos Indigentes" (parágrafo 12 do caso). Foi verificada qualquer modalidade de resistência ou exaltação da não concordância por parte de Cristal?

Cristal não resistiu nem fez nenhum comentário.

- 29. De acordo com as leis nacionais do Estado de Exclutia, quais os requisitos médicos para diagnóstico de deficiência mental e qual o procedimento a ser adotado pelos profissionais de saúde para proferi-lo e revisá-lo?**

Esta informação não é relevante para a análise do caso.

- 30. O parágrafo 5 estabelece que a administração de 2008-2013 "implementou uma série de políticas sociais" centradas em pessoas com deficiência. Além do orçamento de 200.000 dólares alocado a *La Casita* para a remodelação de sua infraestrutura e melhoria de suas condições, que outras medidas e leis específicas foram promulgadas pela administração de 2008-2013 para ajudar pessoas com deficiência?**

A adoção da Lei Nacional para a Inclusão das Pessoas com deficiência de 2009, a criação de um grupo de diálogo entre a sociedade civil e o governo no seio do Ministério do Interior e uma dotação orçamentária maior para o Conselho Nacional para Pessoas com deficiência (CONADISE).

- 31. Páginas 3 e 4, §§ 14 e 20: Existem outros residentes de *La Casita* na Zona B que sofram tanto de deficiência mental / intelectual e deficiência física / sensorial?**

Sim.

- 32. Página 3, § 15 - 16: Que tipo de atividades eram organizadas semanalmente para entreter as mulheres com deficiência mental e intelectual?**

O parágrafo 16 do caso hipotético dispõe que era oferecido "treinamento para a vida cotidiana" e não entretenimento.

- 33. Página 4, § 19: Por que o psiquiatra, que realizou o exame da solicitante, considerou sua depressão como uma deficiência mental?**

O médico psiquiatra diagnosticou que o quadro depressivo apresentado pela Cristal correspondia a uma deficiência mental.

- 34. Considerando que o artigo 41 do Código Civil de 1997 de Exclutia estabelece que a sentença de interdição "fixará a abrangência e os limites da tutela segundo o tipo de deficiência", qual foi o limite e a abrangência fixada na sentença que declarou a interdição da Cristal Tovar?**

Veja resposta 24.

- 35. Além das mudanças feitas ao artigo 41 do Código Civil de Exclutia, o Estado tomou alguma outra medida para cumprir com o estabelecido no relatório da Comissão sobre o mérito?**

Em suas duas comunicações posteriores à adoção do relatório sobre o mérito, o Estado prestou informações a respeito do projeto de lei, das melhorias feitas em *La Casita* e da implementação das políticas adotadas a partir de 2009.

- 36. Se o processo de interdição está regulamentado no artigo 41 do Código Civil, o qual apenas contempla o recurso de revisão e/ou revogação da interdição, como se explica a interposição do recurso de nulidade por parte da ODNEI e como está regulamentada, em Exclutia, a nulidade contra processos de interdição?**

A legislação do Estado de Exclutia permite a interposição de um recurso de nulidade contra toda decisão judicial.

- 37. Quais foram as disposições do juiz em relação à curatela e aos períodos de revisão (previstos no artigo 41 do Código Civil) ao declarar a interdição de Cristal Tovar?**

Veja resposta 24.

- 38. Segundo o parágrafo 37 do caso, o Estado fez referência a um projeto de lei para reformar o artigo 41 do Código Civil. O que aconteceu com esse projeto de lei?**

O projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Inclusão Social do Congresso e aguarda agora seu debate na plenária do congresso.

- 39. No parágrafo 33, consta que o juiz de apelação da vara civil que decidiu quanto à incapacidade da Cristal Tovar rejeitou a moção refutando o argumento de que "não teria existido nenhum abuso por parte dos curadores da Cristal." Segundo o Código Civil de Exclutia, Lei N ° 1160, Seção IV, quais outros motivos ou elementos devem estar presentes para que a declaração de incapacidade seja revogada?**

Esses elementos não estão previstos na legislação. O juiz analisará a situação caso por caso.

- 40. O parágrafo 35 estabelece que a Comissão Interamericana outorgou certas medidas preventivas e o parágrafo 36 estabelece que a Comissão fez uma série de recomendações a respeito das situações que violam os direitos de Cristal Tovar. As**

medidas ou recomendações de precaução incluem requisitos específicos a respeito do prédio, tais como chuveiros separados, armários para guardar objetos pessoais, biombos ou cortinas entre as camas para garantir a privacidade, etc.?

Não.

41. Quais foram as recomendações determinadas pela Comissão à República Democrática de Exclutia?

Em termos gerais, a CIDH solicitou ao Estado de Exclutia que tomasse medidas reparatórias dos danos causados à vítima e adotasse medidas para evitar a recorrência.

42. Que mudanças foram implementadas pelo Estado de Exclutia nas condições de *La Casita* a partir da sentença que decidiu o recurso de amparo?

Veja resposta 16.

43. As medidas provisórias solicitadas pelos representantes de Cristal limitam-se apenas à questão do isolamento involuntário ou a todas as violações alegadas?

Apenas à situação do isolamento involuntário.

44. As medidas provisórias solicitadas pelos representantes de Cristal limitam-se apenas a Cristal ou são extensivas a todas as pessoas em *La Casita*?

A todos os residentes de *La Casita* suscetíveis ao isolamento involuntário.

45. Quais foram as medidas de reabilitação tomadas por *La Casita* a respeito da cegueira de Cristal Tovar?

Veja parágrafo 16 do caso.

46. Que programas ou medidas de política pública foram adotados para as pessoas com deficiência em Exclutia?

Veja resposta 30.

47. Que medidas foram tomadas em Exclutia para fortalecer os sistemas de apoio às decisões das pessoas com deficiência?

Veja resposta 30 e parágrafo 37 do caso.

48. Quais foram os limites à curatela impostos pelo VI Tribunal Civil da cidade de Inclutiarán tendo em vista a interdição de Cristal no ano de 2006?

Veja resposta 24.

49. Quais foram as medidas cautelares outorgadas pela Comissão IDH não cumpridas pelo Estado de Exclutia?

As medidas cautelares estão em vigor e a CIDH continua monitorando seu cumprimento.

50. Quais foram as recomendações e as medidas de não recorrência adotadas pela Comissão IDH no Relatório sobre o Mérito N° 12/13 de 11 de março de 2013?

Veja resposta 41.

51. Em que consistiram especificamente as recomendações formuladas pela Comissão Interamericana ao Estado de Exclutia no Relatório sobre o Mérito No. 12/13?

Veja resposta 41.

52. Em que consistiram especificamente as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana?

Consistiram na determinação de que o Estado adotasse medidas para proteger e garantir os direitos a vida e a integridade pessoal das pessoas beneficiárias.

53. Em relação à parte VIII do caso hipotético “Processo perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, Parágrafo 35: Em que consistiram as medidas cautelares outorgadas pela CIDH aos residentes de *La Casita*?

Veja resposta 52.

54. Em relação à parte VIII do caso hipotético, “Processo perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, parágrafo 36: Expressamente, quais foram as recomendações e as medidas de não recorrência que a CIDH fez à República Democrática de Exclutia?

Veja resposta 41.

55. Em que consistiram as medidas cautelares outorgadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos a favor das pessoas residentes em *La Casita* e qual foi a atuação do Estado perante as mesmas?

Veja resposta 52.

56. Quais foram as outras recomendações (diferentes do estabelecido no projeto de lei), feitas pela Comissão Interamericana no Relatório sobre o Mérito, que se alega não terem sido cumpridas pelo Estado?

Veja resposta 41.

57. Em relação à parte VI do caso hipotético, “Situação de Cristal Tovar no estabelecimento residencial *La Casita*”, parágrafo 29: Qual era, especificamente, o estado de saúde de Cristal Tovar que levou o médico de plantão no *Hospital Nacional Raúl Cano* a considerar que Cristal deveria permanecer pelo menos uma semana em observação?

Monitorar os sintomas pelos quais foi transferida ao hospital.

58. Quais as condições do estabelecimento residencial *La Casita* em matéria de direitos humanos na data em que o caso foi apresentado?

Veja resposta 16.

59. Quais as consequências da Interdição no Estado de Exclutia?

Devem ser analisadas pelas partes à luz dos fatos do caso.

60. Quais são os critérios previstos pelo estabelecimento residencial *La Casita* para submeter seus residentes ao confinamento nos quartos de isolamento?

Veja parágrafo 17 do caso.

61. Em Exclutia, existe um instrumento jurídico por meio do qual seja possível questionar situações de privação de liberdade (carcerárias ou não) como, por exemplo, um *habeas corpus*? Caso afirmativo, quem é legitimado para sua propositura?

Sim, a legislação de Exclutia prevê o recurso de *habeas corpus*, o qual pode ser interposto por qualquer pessoa interessada.

62. Como está previsto o remédio constitucional de *habeas corpus* na legislação de Exclutia?

Veja resposta 61.

63. O centro residencial mencionado nos parágrafos 11 e 12 do memorial era pago ou gratuito? Cristal não aceitou ir ao referido centro por não ter condições financeiras de lá viver ou simplesmente porque não quis?

La Casita é uma entidade pública gratuita. Em relação à segunda parte da pergunta, veja parágrafo 12 do caso.

64. A vítima foi levada à força a *La casita* ou poderia optar por não ir?

Veja resposta 28.

65. Cristal Tovar deu seu consentimento para ser levada a *La Casita*?

Veja resposta 28.

66. O agente da Policia constrangeu ou prendeu Cristal Tovar antes de levá-la a *La Casita*?

Veja resposta 28.

67. O Estado cumpriu a decisão do Tribunal de Amparo de maneira eficaz?

Veja resposta 16.

68. Como que a vítima poderia renunciar à curatela em face das melhoras em seu quadro clínico?

Segundo a legislação vigente atualmente em Exclutia, a curatela só pode ser revogada por ordem judicial.